

A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil

The agrarian subject and the rural labor market in Brazil

Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Ana Cecília de Medeiros Nitzsche Kreter
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: A questão agrária no Brasil já foi amplamente analisada, assim como os conflitos decorrentes dela. Em alguns casos ela aparece com mais evidência como, por exemplo, nos estudos sobre meio ambiente, mas há outros de igual importância em que ela aparece de forma marginal, como é o caso do mercado de trabalho. Para que se avance nesta problemática, é necessário que o Estado intensifique o debate acerca dessas questões e inclua novas propostas em seu programa de políticas socioeconômicas. O presente artigo contribui para isso ao analisar as estruturas do mercado de trabalho rural a partir de sua relação com a questão agrária no Brasil. A análise desta relação foi feita através da revisão de literatura, utilizando uma perspectiva descritiva analítica. Os resultados sugerem que, dentre as possíveis abordagens que a questão agrária possa assumir, deve-se prestar mais atenção aos mercados de fatores e, mais especificamente, ao mercado de trabalho. Desta forma, acredita-se que possam ser priorizadas as políticas públicas que foquem na formalização do trabalhador rural e que considerem as características específicas das atividades agrícolas, como a sazonalidade.

Palavras-chave: Questão Agrária; Mercado de Trabalho Rural; Políticas Públicas; Desenvolvimento Regional.

Abstract: The agrarian subject in Brazil has been extensively analyzed, as well as the conflicts arising from it. In some cases, it appears with more evident, such as the environment studies. In other cases, it appears marginally, like together with the labor market. To make this situation better, it is necessary that the government intensifies the debate and adds new proposals of socioeconomic policies. This paper contributes to it by analyzing structures of the rural labor market, and its relationship with the agrarian subject in Brazil. This analysis was based on the literature review, using an analytical descriptive approach. The results suggest that, among the possible approaches that the agrarian subject can take, one should prioritize the factor market, specifically the labor market. Thus, this article suggests that formalization of rural workers according to the specific features of agricultural activities – such as seasonality – could be a good way to solve part of the conflict.

Keywords: Agrarian Subject; Agricultural Labor Market; Public Policies; Regional Development.

JEL: J38

Introdução

Atualmente há grande espaço para os estudos e as políticas públicas voltadas para as estratégias de desenvolvimento rural ou territorial, as quais estão fortemente associadas à redução da pobreza no campo. Há exemplos de muitas abordagens sobre a questão agrária, que já assumiram relevância em determinado recorte temporal, tais como: garantia alimentar da população urbana, geração de excedente de matéria-prima e mão de obra, distribuição de renda e propriedade, justiça social, democracia, meio ambiente, entre outras. Essas abordagens sobre a mesma questão estão naturalmente relacionadas entre si, e possuem maior ou menor visibilidade de acordo com a conjuntura em que o país está inserido. Por muitas vezes tem-se a impressão de que algumas dessas abordagens ficaram obsoletas. Entretanto, elas podem apresentar formas latentes ou tomar outras formas.

De fato, olhando para a produção agropecuária ao longo das últimas décadas, percebe-se nitidamente que o setor foi funcional para o desenvolvimento brasileiro

no sentido de gerar excedentes e mercado. Dessa forma, algumas abordagens, como a capacidade de produzir alimentos e matéria-prima, de criar demanda para os produtos industriais e de gerar excedente para a exportação, se tornaram obsoletas.

A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, o processo produtivo em praticamente todo o Brasil se tornou mais intensivo em capital de giro e capital fixo, graças à adoção de novas técnicas. Além disso, as políticas setoriais alteravam os preços relativos dos insumos e produtos norteando, conseqüentemente, os sinais de mercado para os produtos mais rentáveis. Um contingente de produtores conseguia atender as sinalizações direcionadas pelo Estado, pois somente desta maneira viabilizavam economicamente as suas propriedades rurais. Mas, por outro lado, também existia um contingente de produtores que não estava apto a atender a estes sinais. Neste contexto, as políticas agrícolas a partir da década de 1970 tornaram-se mais uma face da questão agrária.

Dentre as políticas setoriais, destaca-se a disponibilidade de crédito de forma contínua para o pequeno produtor. Esta política tornou-se tão imprescindível para a sua viabilidade econômica, que posteriormente acabou se materializando no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF passou a ser uma das principais fontes de financiamento para o pequeno produtor, apesar de seu alcance limitado, se comparado com as linhas de crédito para as grandes propriedades, que pressionavam a economia com a produção em grande escala e para exportação.

A pauta de reivindicação dos grupos sociais e acadêmicos que estão envolvidos de alguma forma com a questão agrária tende a ampliar-se ao longo do tempo. Em paralelo às abordagens sociais, que estão sedimentadas na formação socioeconômica nacional, estão as implicações relacionadas aos mercados de fatores – trabalho e terra. As distorções nesses mercados contribuíram para gerar os principais mecanismos de concentração de renda no Brasil. Segundo Furtado (1972), para um país em que a produção agrícola representava grande participação na composição da renda nacional até meados da década de 1960, a implementação de qualquer política que gerasse imperfeições no mercado de terra e trabalho estaria concentrando renda e aprofundando a pobreza. Com a sedimentação dessas distorções nos dois mercados, a questão agrária tomou contornos de uma problemática aberta por muitos anos.

Nesse estudo entende-se que existe mais uma abordagem a ser analisada, além das já mencionadas acima. Trata-se da relação entre o mercado de trabalho e a questão agrária. A abordagem social do mercado de trabalho, que durante muitos anos foi esquecida, volta a tomar importância a partir da década de 1990, e abre espaço para a discussão de possibilidades de inclusão da população ocupada nas atividades agrícolas. Por isso, para analisar as estruturas do mercado de trabalho rural a partir de sua relação com a questão agrária no Brasil, o presente artigo procurou, por meio da revisão da literatura, evidenciar e destacar essa relação, não somente através de uma perspectiva descritiva analítica, mas, sobretudo, através da formulação de novas políticas para a agenda do Estado.

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é descrita a literatura sobre o surgimento e o desenvolvimento da questão agrária, dando destaque para as décadas de 1950 e 1960, as quais foram marcadas por vigoroso debate nacional, inclusive com questionamentos sobre as distorções do mercado de trabalho agrícola. A terceira seção apresenta as modificações mais recentes da economia nacional com destaque para a modernização da agricultura. A quarta seção aprofunda o tema, apontando o impacto da questão agrária no mercado de trabalho. E finalmente, na última seção são colocadas às

considerações finais sobre a viabilidade desta questão na agenda do Estado, prioritariamente por meio do mercado de trabalho.

2. Evolução do Mercado de Terras: um Breve Relato

A questão agrária no Brasil tomou forma a partir da exploração da atividade agropecuária, que, por sua vez, começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país, em especial a partir da consolidação no seu interior de uma economia de mercado (Szmrecsányi, 1990). Prado Junior (2009) aponta que no Brasil predominava “a grande lavoura”, e que a colonização formava um organismo social baseado na propriedade latifundiária, na monocultura de exportação e no trabalho escravo. Como observa Wanderley (2009), apesar da população ser predominantemente rural do ponto de vista demográfico, tratava-se de uma civilização agrária em razão de dois aspectos: a) poder local exercido por uma elite vinculada à concentração de terra em grandes propriedades; e b) tratamento desqualificador que esta elite mantinha em relação aos não proprietários. A elite estava em muitas situações acima da Lei, na medida em que as leis se confundiam com o poder local. Szmrecsányi (1990) evidencia que apesar do predomínio rural e agrário, a população que se instalou no território brasileiro não foi uma civilização agrícola em caráter permanente dedicada aos trabalhos da terra.

As alternativas de extração de riqueza das colônias eram norteadas em primeira instância pelo grau de desenvolvimento e costumes dos habitantes que povoavam as Américas. Segundo Furtado (1972), a extração das riquezas no Brasil foi feita essencialmente explorando os recursos naturais: agricultura, extração de minério (ouro) e trabalho servil. A extração de riquezas de forma mais rápida possível configurou o forte caráter de colonização predatória. Neste contexto, a questão agrária não tinha a relevância nos moldes atuais, pois não havia expressivo contingente populacional reivindicando acesso a terra para o plantio e manutenção do seu núcleo familiar ou para a venda em mercado qualquer. Praticamente toda a população vivia na região costeira do país.

Para Martins (1997), a questão agrária começou a ter contornos de uma temática nacional a partir da Lei de Terras de 1850, que primordialmente vetou o livre acesso a terra, a não ser por meio de compra. Essa Lei tinha como intuito garantir a formação do mercado de trabalho agrícola, impedindo que o iniciado fluxo de imigrantes europeus se diluísse na imensidão das terras brasileiras e esvaziasse o mercado de trabalho, mas também serviu com uma compensação para os proprietários de escravos. A implantação da Lei de Terras coincide com a discussão sobre o fim da escravidão. Em outras palavras, acreditava-se que ela estava preparando o Brasil para um longo e seguro processo de libertação dos cativos, de tal maneira que não provocasse ruptura do sistema socioeconômico vigente. Essa Lei também foi importante para que a massa de libertos pela Lei Áurea, ou mesmo antes dela, por meio legais – alforrias, Lei do Sexagenário, Lei do Frente Livre e outras – tivesse dificuldades de acesso a terra e, por sua vez, permanesse no mercado de trabalho. Mesmo levando em conta nesse momento que os cativos libertos não fossem a primeira opção de mão de obra para os cafezais, ainda assim, eles poderiam colocar em jogo a estabilidade socioeconômica do sistema vigente.

Segundo Furtado (1972), coube à escravidão o papel de matriz do processo de estruturação da economia agrícola brasileira, pois proporcionou à grande empresa agromercantil os meios de frustrar qualquer outra forma de organização agrícola.

Mas, foi o monopólio da propriedade da terra que permitiu consolidar as posições ganhas com base na escravidão. Dessa forma, a partir do momento em que a mão de obra escrava se torna escassa e a oferta de trabalho livre mais abundante, criam-se condições favoráveis ao desenvolvimento de pequenas explorações agrícolas. Ainda segundo Furtado (1972), a partir desse momento, o controle da propriedade da terra por uma minoria passa a ser fator determinante da organização agrícola. Este controle foi o mecanismo criado para a manutenção do sistema tradicional fundado na empresa agromercantil, sem que surgisse como opção a pequena propriedade familiar¹.

O surgimento da agricultura de subsistência aparece em torno dos latifúndios e ao longo do seu caminho, antevendo o surgimento da cultura do café. Neste cenário, o Brasil entra no século XX ainda como um país agrícola, com questões não resolvidas sobre a posse da terra e a distribuição de riqueza. A crise de 1929 fez com que o Estado tivesse outras prioridades. Além da crise provocar abrupta queda nos preços do café, ela também gerou restrições para as importações e contribuiu para o processo de industrialização. Entretanto, a estrutura econômica agroexportadora permaneceu, a despeito das importantes mudanças estruturais na esfera política e social. A principal delas surge lentamente nos anos de 1930. Trata-se do crescimento do setor industrial. Prado Junior (1966) observa que nesta época o Brasil tinha estreitas relações entre capital agrário, oriundo principalmente da produção do café e capital urbano-industrial. O crescimento da elite industrial não acarretou divergências profundas entre os dois setores.

Outro fator determinante neste período foi a expansão do mercado interno nacional, e o crescimento da produção agrícola voltado para o mercado interno. Segundo Sorj (1980), este crescimento se deve, fundamentalmente, a dois fatores: a) o aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência; e b) a expansão da fronteira agrícola. Mesmo com a tentativa do governo no sentido de demarcar as propriedades privadas, tornou-se prática comum no Brasil o processo de abertura de fronteiras agrícolas através da posse, seguida da prática da utilização da terra pela pecuária extensiva. Isso passou a ocorrer tanto fora dos latifúndios, com a posse de novas terras, quanto dentro do latifúndio. Esse mecanismo de expansão da fronteira agrícola era constantemente repetido, configurando uma pressão da demanda por terra, que era constantemente arrefecida pelo constante processo de mobilidade dos indivíduos demandantes.

De 1930 a 1964 houve um processo de reorganização do espaço produtivo agrícola, através da especialização regional por tipos de produtos e da organização da divisão social do trabalho. Também é neste período que se intensifica a migração campo-cidade, invertendo na década de 1960 a tendência predominantemente agrária da população nacional. Por isso, as mudanças na estrutura produtiva agrícola não foram suficientes para ampliar os seus excedentes na velocidade que o setor urbano-industrial aspirava. Não por acaso a agricultura passou a ser apontada já no início da década de 1960 como um dos fatores da estagnação da economia nacional. Além disso, a política de substituição de importações também não apresentava o mesmo dinamismo dos anos anteriores. O descontentamento com a estrutura econômica e com a estagnação da agricultura estimulou novos debates no âmbito acadêmico e em outros segmentos da sociedade. O que mais se queria era descobrir

¹ Este ponto de vista de Furtado (1972) deve ser relativizado, porque na região do Sul do país ainda no século XIX surgiram várias colônias de pequenos produtores rurais que são responsáveis pela estrutura agrária local até os dias de hoje.

novos caminhos possíveis para gerar um novo ciclo de expansão econômica e da própria agricultura.

3. O Debate Sobre a Questão Agrária

Como foi mencionada nas seções anteriores, a perpetuação da grande propriedade não foi isenta de crises e de reorganizações no decorrer do século XX. Sorj (1980) evidenciou dois processos básicos dessas crises. O primeiro processo foi a crise nas grandes plantações de produtos de exportação devido às flutuações desfavoráveis dos preços internacionais: açúcar no Nordeste e café no Centro-Sul. O segundo processo foi a incapacidade dos latifúndios em expandir a produção de excedentes comercializados. Segundo Sorj (1980), apesar desses dois processos serem desfavoráveis às grandes propriedades, elas acabaram sendo reorganizadas na direção de seus interesses e com baixa resistência, dada a preponderante fraqueza do movimento camponês. Somente na década de 1950 surgiu o primeiro grande movimento social rural em torno das plantações nordestinas de cana-de-açúcar integrado aos movimentos políticos nacionais, as chamadas Ligas Camponesas.

No final da década de 1950 e início da de 1960 houve “uma quebra” nos mecanismos de integração da agricultura, ou seja, no padrão de acumulação tanto em termos econômicos quanto em termos sociais. Nesse período também ocorre de forma mais intensa o processo de substituição de importações. As indústrias de base, que eram fundamentais para a economia, foram se estabelecendo gradativamente para cristalizar as políticas cepalinas². Já a agricultura apresentava pouca dinâmica, com exceção para algumas regiões de São Paulo que adotaram técnicas modernas de produção, com a utilização de máquinas e insumos importados. No entanto, como enfatiza Müller (1994), o padrão latifúndio-minifúndio está em crise. Para o setor urbano era fundamental a funcionalidade da agricultura gerando excedentes de matérias-primas, mão de obra, alimentos, renda e demanda. Esta situação iria exigir a reorganização da agricultura, com uma possível interferência do Estado.

Vale lembrar que neste período, a população brasileira instalada no meio rural tinha praticamente as mesmas proporções do meio urbano, o que significava que em qualquer estratégia utilizada para o desenvolvimento nacional, a agricultura teria lugar garantido na agenda do Estado. A partir desse debate poderia ser gerado um programa de políticas setoriais capaz de avançar nas problemáticas abertas sobre a questão agrária desde o século XIX. E de fato o debate acadêmico intensificava à medida que a agricultura parecia não acompanhar o dinamismo do setor urbano-industrial.

Esquemáticamente, o debate acadêmico sobre a questão agrária neste período pode ser dividido em duas bases teóricas: a) a neoclássica; e b) a marxista e estruturalista. Esse debate é interrompido com o golpe militar de 1964. Nesse momento, o Estado trata a questão agrária prioritariamente pelo lado produtivista, que acabava favorecendo as elites rurais e industriais. Dentre as duas teorias, o golpe significou a supremacia do enfoque neoclássico, que privilegiava a solução dos problemas agrários do Brasil prioritariamente pelo aumento da oferta da produção. Por outro lado, como esta decisão afetava um enorme contingente populacional, o

² A política cepalina formulada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) orientava estes países adotarem políticas de substituição das importações, em razão da deterioração das relações de troca entre produtos agropecuários e industriais, o qual prejudicava no longo prazo as economias dos países exportadores de produtos primários.

Estado proporcionou tratamento compensatório no intuito de reduzir as tensões sociais.

A teoria neoclássica sobre o crescimento da produção agrícola para os países não desenvolvidos teve forte influência das ideias de Schultz (1965). O autor tinha como pressuposição fundamental que os produtores tradicionais eram economicamente racionais, porque maximizavam a renda por meio da alocação eficiente dos seus recursos tradicionais. Para esses produtores, qualquer tentativa de novos investimentos não teria sucesso em razão deles não aceitarem taxas de retornos menores aos limites estabelecidos por eles próprios. No entanto, eles estariam dispostos a realizarem novos investimentos desde que trouxessem os retornos acima dos limites mínimos, o que não seria possível com adoção de tecnologias e uso de insumos disponíveis dentro dos seus sistemas produtivos – propriedades rurais.

Ainda segundo Schultz (1965), o problema da adoção de novas tecnologias para gerar incrementos de produção estaria do lado da oferta e não da demanda de tecnologia, porque os produtores estariam prontamente dispostos em adotá-las. Os produtores estariam em estado estacionário³. Portanto, na situação de estado estacionário em que se encontravam esses produtores tradicionais, o aumento da produção ocorreria apenas com um choque exógeno, pois endogenamente não havia motivações para alterar as práticas agrícolas e, conseqüentemente, o nível de produção.

Hayami e Ruttan (1988) avançaram na formulação de Schultz, constatando que a tecnologia adotada pelos produtores rurais é guiada pelos sinais de mercado, que é traduzido pela seguinte maneira: poupa-se o fator de produção mais escasso – terra, mão de obra ou capital – e utiliza-se de forma mais intensa o fator mais abundante. Esses autores analisaram as características das agriculturas do Japão e dos Estados Unidos, e concluíram basicamente que a agricultura americana era intensiva em capital e terra, poupando mão de obra e que, por sua vez, a agricultura japonesa era intensiva de mão de obra e poupadora de terra.

Pastore et al. (1974) analisaram a agricultura brasileira baseando-se no modelo de desenvolvimento agrícola proposto por Hayami e Ruttan (1988). Os autores verificaram que, até meados dos anos 1960, a agricultura nacional foi poupadora de capital. Por outro lado, eles verificaram a ausência de escassez de mão de obra e a inexistência relativa de escassez de terra, caracterizando uma oferta elástica. Nesta circunstância, somente um choque externo, como propôs Schultz (1965), criaria motivações para aumentar a produção agrícola. No caso brasileiro o fator escasso seria o capital financeiro para acelerar a adoção de tecnologias modernas. Tal choque externo foi propiciado pela oferta de crédito ao setor agropecuário, tornando o capital para a agricultura brasileira mais barato e facilmente disponível. Com efeito, a política de crédito rural oficial subsidiado foi o principal instrumento de política setorial que viabilizou o incremento da produção agrícola. Os primeiros anos da modernização da agricultura brasileira propiciaram o choque externo necessário para que o sistema de produção nacional deixasse o estado estacionário que se encontrava. Com as taxas de juros mais favoráveis e a contratação de crédito oficial facilitada, o Estado direcionou os sinais de mercado para intensificar o uso de insumos modernos e aumentar o estoque de capital. No entanto, como foi amplamente analisado pela literatura, a distribuição do crédito rural oficial favoreceu preponderantemente os grandes produtores e as regiões Centro-Sul. Dessa maneira, o crédito oficial

³ Considera-se “estado estacionário” como sendo um estado de equilíbrio.

contribuiu para aumentar as grandes distorções na concentração de terra e renda e, conseqüentemente, aumentar o excedente de mão de obra.

Segundo Pastore (1971), os resultados dessa pesquisa demonstraram que os produtores agrícolas reagem aos preços vigentes de tal ordem que a estagnação da produção agrícola não seria devido à estrutura fundiária, mas sim em razão da falta de sinais de mercado mais atrativos para aumentar a produção, os quais eram transmitidos via preço. Neste caso, os grandes proprietários só estariam dispostos a aumentar a sua produção com a elevação dos preços dos produtos agrícolas, o que de fato aconteceu da década de 1970, coincidindo com o período mais intenso da modernização. A pesquisa de Pastore (1971) propiciou um forte suporte empírico para o modelo de modernização induzida da agricultura brasileira.

Castro (1982) teceu outra interpretação da realidade agrária enfatizando que na agricultura haviam imperfeições dos mercados provocados pelas intervenções do governo. Em consequência desta situação, que perduraram muitos anos, a renda em atividade produtiva da terra esteve desalinhada com a renda da posse a terra, que era produzida pela sua valorização ao longo do tempo. Para realinhar a rentabilidade dos usos alternativos da terra, a política econômica deveria ter ficado mais vigilante, principalmente, aos “vazamentos” de lucratividade da produção rural. Ainda segundo Castro (1982), a disparidade de retornos entre a imobilização financeira em terras e em investimentos diretos na produção rural foi a grande responsável pela conhecida concentração fundiária nas décadas de 1960 e 1970.

Os marxistas e estruturalistas também participaram deste intenso debate, canalizando as inquietações dos partidos de esquerda, de um grupo de intelectuais e dos movimentos sociais. Segundo esses autores, o Brasil rural caminhou sobre os “trilhos” das desigualdades, em grande parte fruto da posse da concentração de terra, que teve origens históricas na formação econômica do país.

Segundo Kageyama e Rehder (1993), o debate clássico sobre a questão agrária no final dos anos de 1950 e ao longo da década de 1960 pode ser representado por quatro autores: Rangel (1962), Guimarães (1977), Prado Junior (1978) e Furtado (1972). Eles demonstraram que, além da propriedade da terra, a questão agrária brasileira é também uma “questão populacional”. Atualmente, ainda residem nessas questões as causas da pobreza rural.

Kageyama (1984), Guimarães (1977) e Rangel (1962) condensaram um conteúdo bibliográfico que permite agrupá-los dentro de uma perspectiva comum sobre a questão agrária: a implantação do sistema capitalista na agricultura encontrava dificuldades de ser superada em razão da estrutura arcaica e da herança dos restos feudais da economia colonial. Naturalmente, há interpretações específicas que os diferenciam, mas, para ambos, a superação da questão agrária pressupunha livrar-se dos obstáculos para o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Rangel (1962) enfatiza a existência de estruturas latifundiárias arcaicas convivendo com estruturas modernas. No entanto, para resolver os problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista seria necessário desmontar os complexos rurais, e integrá-los aos outros setores da economia, realocando os fatores de produção nessas estruturas pretéritas. Ainda segundo Rangel (1962), o desmonte dos complexos rurais geraria crises de superprodução e de superpopulação. A primeira crise não foi verificada no decorrer dos últimos anos. Entretanto, verificou-se a formação de uma superpopulação, que pode melhor ser definida como uma população sobrando, excluída do sistema econômico. A solução proposta pelo autor para este problema seria a recomposição do que ele chamou de economia natural.

Trata-se da produção agrícola em pequena escala, que garantiria a segurança alimentar dessa população, instalando a população em pequenos lotes familiares (hortas ou quintais) nas zonas rurais e urbanas, beneficiando, sobretudo, as periferias urbanas. A solução do problema agrário teria como base a acomodação da população sobrando, não alterando substancialmente a estrutura agrária. Rangel (1962) acreditava que os latifúndios formavam uma instituição sólida e a desestruturação esbarraria em grandes dificuldades.

Guimarães (1977) apresentou argumentos que procuravam teorizar e firmar sua posição política dentro do partido de esquerda. A interpretação da questão agrária estava apoiada na conhecida tese sobre a existência de restos feudais no interior dos latifúndios, nos quais prevaleceriam coerções extra econômicas na relação entre latifundiário e mão de obra empregada. Para o desenvolvimento do capitalismo, teria que se deflagrar uma revolução burguesa para superar as relações pretéritas, fragmentando os poderes políticos e econômicos dos latifúndios feudais por meio da reforma agrária.

No segundo grupo, Prado Junior (1978) e Furtado (1972) compartilham a ideia de que os problemas agrários são suscitados pelo próprio desenvolvimento capitalista. Portanto, a questão agrária deveria ser analisada e interpretada dentro das delimitações do sistema capitalista. Ao contrário de Guimarães, para esses autores não existiam relações pretéritas e não capitalistas no campo, as quais deveriam ser desmontadas ou destruídas para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Prado Junior (1978) discutiu a realidade brasileira dentro do debate dos partidos de esquerda, contrapondo frontalmente as interpretações predominantes, que, de certa forma, representavam a própria hegemonia da esquerda. A grande maioria advogava uma análise marxista “etapista” para atingir o socialismo. Por outro lado, na interpretação do autor não existia no Brasil nenhuma relação pretérita na agricultura (pré-capitalista ou vestígios feudais). Segundo ele, as relações de produção no Brasil sempre foram capitalistas, e para alcançar o socialismo era necessário aprofundar as contradições dentro do mercado de trabalho, além de engendrar lutas para conquistar direitos trabalhistas no campo, pois elas refletiriam as aspirações da população no meio rural. Naturalmente, Prado Junior se colocava a favor da distribuição de terra para superar a pobreza.

A interpretação de Furtado (1972) sobre a questão agrária fica mais clara quando o autor tece suas críticas ao modelo de modernização adotado no país, o qual foi inspirado em Hayami e Ruttan (1988). De acordo com Santos (1988), Furtado contrapunha aos argumentos propostos por Pastore (1971) sobre a realidade agrária brasileira. Nesse contexto, Furtado apontava três causas para a não absorção de progresso técnico por parte da agricultura – considerado como um dos pontos fundamentais para a remoção dos entraves para o desenvolvimento do país nos anos 1960: a) a abundância de terras disponíveis pelas empresas agromercantis; b) a existência de uma fronteira móvel dentro dos limites dos latifúndios; e c) o crescimento da população rural. Para Santos (1988) a existência de amplas fronteiras internas disponíveis aos grandes proprietários rurais no Brasil era o ponto central que diferenciava a interpretação de Hayami e Ruttan (1988) da interpretação de Furtado (1972) sobre a não tecnificação da agricultura brasileira.

Segundo Furtado, a agricultura itinerante praticada dentro das vastas propriedades de terras no domínio de poucos proprietários e o controle do acesso a terra foram então fatores fundamentais na implantação do sistema de produção com práticas rudimentares porque estimulava uma produção itinerante no domínio das

grandes propriedades e barrava a tecnificação do setor. A formação de fronteiras internas das grandes propriedades propiciou o mecanismo no qual as grandes propriedades cultivavam a terra com uso intensivo de mão de obra. Apenas uma fração da propriedade era utilizada no interior dos latifúndios. Dessa forma, estabelecia-se uma situação distorcida da realidade no mercado de trabalho agrícola. Somente em uma situação dessa natureza proporciona uma explicação aceitável quanto a constatação dos autores Pastore et al. (1974) sobre a inexistência de escassez de mão de obra agrícola. A formação de um excedente de força de trabalho era formada, portanto, artificialmente, reduzindo o seu custo e desmotivando a adoção de tecnologias mais intensiva em capital. A falta de dinamismo endógeno da agricultura brasileira ocorria em razão de fatores exógenos, ou seja, devido à estrutura fundiária. Portanto, não considerar o processo de formação da economia nacional e da agricultura esvaziaria a questão agrária.

Dentro do debate desses autores (marxistas e estruturalistas) havia muitas divergências. Entretanto, emergiam pontos em comum sobre a questão agrária, que estavam em torno das distorções nos mercados de terra e de trabalho. As discussões apontavam na direção colocada por Kageyama (1993), em que há uma população sobrando. Em outras palavras, a autora apontou que há uma questão populacional no meio rural que não foi razoavelmente solucionada, a qual, por sua vez, contribuiu para a distorção do mercado de trabalho. A população sobrando ficava imersa em vastas dimensões de terra e era excluída do processo econômico. O modelo vigente teve dificuldade de incluí-los.

Mesmo que pese a funcionabilidade da agricultura em termos de gerar excedentes, não se tem como desqualificar a importância de outras temáticas para a questão agrária, tais como a garantia alimentar, a produção de matérias-primas e a amarga herança da população sobrando, excluída do processo de desenvolvimento da agricultura. Esta percepção sobre a formação desse grupo populacional dentro economia agrária do século passado desperta a relevância da questão agrária nos modelos analíticos atuais sobre o desenvolvimento do meio rural, principalmente a dificuldade de abrir posto de trabalho agrícola. Ainda dentro do debate dos autores clássicos, Furtado constatou que:

No Brasil, a comunidade camponesa não chegou propriamente a formar-se, ou, quando se formou, pouca influência teve no processo de acumulação. É esse dado da maior significação, pois praticamente por toda parte as sociedades mais complexas se formaram a partir de comunidades rurais, que preexistem à penetração e generalização do trabalho assalariado. No caso brasileiro, a acaparação⁴ das terras foi essencialmente utilizada para impedir a constituição de comunidades agrícolas onde começavam a formar-se (FURTADO, 1972, p. 106).

Prado Junior (1966) fez constatações de mesma natureza sobre a ausência do setor camponês, identificando apenas algumas exceções no território nacional. A ausência mais efetiva da tradição camponesa e do núcleo estrutural que ela pode representar refletiu e permitiu, com facilidade, a instituição do latifúndio acomodar os seus interesses no Estado, principalmente nos anos em que se aguçaram o debate de esquerda. Ainda segundo Prado Junior (1966), a teoria defendida pela esquerda não refletia a ação empírica do contingente da população do meio rural, pois ela não

⁴ A palavra “acaparação” vem do verbo espanhol “acaparar”, que significa monopolizar (Michaelis, 2014). Furtado enfatiza que o monopólio de terras impediu a formação de comunidades agrícolas.

tinha a “cultura camponesa” e muito menos formação educacional para ter maior clareza do seu estado socioeconômico.

Dentre as referências dos autores de esquerda, destacam-se também as publicações Müller (1989 e 1994), que interpretou a industrialização da agricultura na ótica de Kautsky. O autor argumenta que seria inevitável o desaparecimento da produção rural que não se inserisse nos complexos agroindustriais. Considerando o contexto de modernização excludente da agricultura, os pequenos produtores estariam sofrendo esse risco de forma mais eminente que os grandes proprietários de terra. Os setores a serviço dos complexos agroindustriais seriam os grandes absorvedores de mão de obra da população excluída em decorrência do processo produtivo. Deixando um pouco de lado a análise fatalista de Müller, observa-se a grande atenção que o autor deu sobre a formação de um excedente de força de trabalho que se forma com o fenômeno da agroindustrialização do setor agrícola.

Segundo Staaz e Eicher (1984), o intenso debate realizado pela esquerda em termos mundiais e inclusive no Brasil sobre as interpretações da questão agrária deixaram importantes contribuições: a) para a desconstrução do mito “um típico país subdesenvolvido”, já que cada país deve ter um entendimento particular do seu processo de desenvolvimento, considerando fundamentalmente os seus aspectos históricos; b) para a relação existente entre a produção de baixa renda e o sistema econômico, onde também devem ser considerados vários pontos de vista no sentido de evitar que toda a produção de baixa renda seja automaticamente modelada pelas proposições de Schultz (1965); e c) para contrapor às ideias de Hirschman, que achava possível modelar uma relação entre países ricos e pobres de tal forma que trouxesse benefícios a todos.

4. Mercado de Trabalho e Questão Agrária

Como foi apresentado na seção anterior, muitos autores associam o desemprego no campo como parte do processo de industrialização, que culminou com a forte migração campo-cidade a partir da década de 1960. No entanto, Guimarães (1982) constatou que a precariedade do mercado de trabalho brasileiro já apresentava raízes antes mesmo da acelerada trajetória brasileira para o capitalismo industrial – “Não se pense que o trabalhador nômade, fruto do desemprego e do subemprego crônico seja um fenômeno específico do recente crescimento capitalista. Seus embriões já existiam nos começos da vida brasileira” (Guimarães, 1982, p. 279). Tal afirmação foi baseada na primeira estimativa de desocupados, divulgada pelo deputado Joaquim Godoy, resultado de uma pesquisa abrangendo as principais províncias do Brasil Imperial em 1882 (Tabela 01).

Tabela 01 - Ocupação da Mão de Obra das Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Ceará, 1882

Mão de Obra	Número	%
Trabalhadores livres	1.434.170	29
Escravos de lavoura	650.540	13
Desocupados (braços livres válidos, de 13 a 45 anos)	2.822.583	58
Total	4.907.293	100

Fonte: Guimarães (1982).

De acordo com a Tabela 01, o total de desocupados representa mais de 50% do total. Esse argumento é reforçado por Oliveira Viana (1952) *apud* Guimarães (1982), que constata que em 1880 na região de Campos (RJ), 32% da população não tinha ocupação definida. Guimarães (1982) também destaca a forma desdenhosa como esta população era tratada no relato de Oliveira Viana (1952)⁵, ressaltando ainda a falta de oportunidade dessa população ao acesso a terra e a resistência do latifúndio na constituição de uma população camponesa. Contudo, é importante destacar que parcela dessa massa rural já vivia na orla dos latifúndios e outra parcela se constituía em trabalhadores errantes vendendo a sua força de trabalho de fazenda em fazenda, uma força de trabalho que seria supostamente livre.

Nabuco (1938) relata na mesma intensidade a gravidade da “ociosidade” – da falta de oportunidade na ocupação da mão de obra imersa no meio rural. Apesar de algumas semelhanças com Oliveira Viana (1952), Nabuco (1938) se distingue qualitativamente do primeiro autor, pois se mostra sensível e preocupado com a forma como os latifúndios tratavam a pequena propriedade.

O processo de industrialização nacional convivendo com o setor agropecuário pouco tecnificado teve respaldo nos modelos dualistas de crescimento econômico, em especial no modelo de Lewis (1969). De acordo com os modelos dualistas, existem relações muito próximas entre os setores tradicionais e modernos, inclusive no que se refere ao mercado de trabalho⁶. Segundo esses autores, há uma “transferência de mão de obra para o setor moderno, onde a produtividade do trabalho é maior” (Freire e Araújo, 2002, p. 671). Lewis (1969) destaca ainda que nos países em desenvolvimento a oferta de mão de obra é praticamente ilimitada, o que contribui para o pagamento de baixos salários – e, conseqüentemente, para o aumento dos lucros do setor tecnificado. Um dos pontos mais polêmicos do seu modelo é a pressuposição de que o produto marginal do trabalho na agricultura dos países em desenvolvimento é zero, ou mesmo negativo. Desta forma, ele pressupõe que no setor agropecuário deve ocorrer desemprego disfarçado, contribuindo no curto prazo para a oferta de mão de obra no setor urbano-industrial sempre que houver redução da produção agrícola. Este tema gerou muito debate na literatura nacional, mas o mercado trabalho agrícola ainda era pouco compreendido.

De fato, no Brasil o êxodo rural a partir da década de 1960, combinado com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender a demanda de mão de obra das atividades urbanas nos anos subsequentes (Castro, 1985). Entretanto, à medida que avançava o processo de industrialização, era cada vez mais difícil assimilar nas cidades a mão de obra proveniente do campo. Tal desequilíbrio traduziu-se na sustentação de níveis salariais extremamente baixos.

O mercado de trabalho rural foi formado ao longo dos anos com a oferta superando a demanda. A partir da década de 1970, as novas tecnologias poupadoras da mão de obra na agricultura, juntamente com o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra contribuíram para uma acelerada e desorganizada liberação da força de trabalho agrícola. Staduto et al. (2004) destacam um novo ciclo de adoção de inovação tecnológica na década de 1990, com a introdução de máquinas, que passaram a substituir o homem no corte da cana-de-açúcar e na colheita do café e da laranja, e que reforçam o movimento migratório campo-cidade. Mesmo assim, a situação de desequilíbrio no mercado de trabalho permaneceu, com a oferta superando a demanda.

⁵ Oliveira Viana (1952) usava adjetivos pejorativos, tais como vadios, ociosos e plebe rural.

⁶ Para maiores informações sobre os modelos dualistas, além de Lewis (1969), consultar Fei e Ranis (1975) e Jorgenson (1975).

Uma das faces da questão agrária discutida pelos autores clássicos é do mercado de trabalho agrícola com distorções, que se revela como uma das fontes de pobreza no meio rural. Segundo Kageyama (1997), em 1995, 35% da PEA (População Economicamente Ativa) agrícola estava “subocupada” ou “subempregada”. De 1992 a 1995, esse contingente cresceu 5%. A PEA agrícola é cerca de 15% da PEA nacional (IBGE, 2014), em sua grande parte, composta por indivíduos vivendo em condições insatisfatórias, abaixo da linha de pobreza.

Para os autores clássicos, a posição de uma população sobrando no meio rural em certa medida tem ressonância nos dias atuais, porque, apesar da mão de obra disponível no campo, o que se demanda é mão de obra qualificada para operarem as novas tecnologias. O processo de esvaziamento do campo parece ser uma situação irreversível pela falta de viabilidade em qualificar a população local e em gerar renda suficiente para manter as famílias sob o regime de agricultura familiar. Não por acaso as cidades pequenas também ficaram urbanas. Uma outra corrente mais otimista, acredita que as políticas públicas mais recentes não só viabilizam a agricultura familiar através do PRONAF, como ainda geram oportunidades de emprego nos períodos de safra. Em comum, as duas correntes apontam que a legislação atual foi elaborada a partir das relações de trabalho urbanas, e que para diversas atividades sazonais ela é inadequada, principalmente quando se trata do pequeno produtor ou do agricultor familiar.

A migração campo-cidade também está longe de resolver o problema entre oferta e demanda de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro. Nas cidades existe um contingente enorme de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza, que não conseguem garantir a própria segurança alimentar. A acomodação daqueles que não possuem qualificação na estrutura produtiva tende a ser cada vez mais difícil, mesmo que haja crescimento econômico. Como uma espécie de movimento cíclico, eles migram para conseguir melhores condições de vida, e acabam voltando a viver à margem de um sistema que atinge níveis de desenvolvimento reconhecidos internacionalmente. Pela estrutura produtiva atual, parece que o capitalismo tem dificuldade de reincluir os excluídos. Mas, atualmente, muitos desses excluídos se organizam e produzem mais visibilidade para sociedade através da apresentação da problemática da questão agrária.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as estruturas do mercado de trabalho rural a partir de sua relação com a questão agrária no Brasil. Os diferentes pontos de vistas apresentados evidenciam a complexidade da questão agrária. Cabe ressaltar que se nas décadas de 1950 e 1960, quando houve um período de intensos debates, os protagonistas das políticas públicas tivessem se empenhado em pôr em prática alguma das soluções discutidas, talvez hoje não estivéssemos falando em diversos gargalos associados à questão agrária. Em termos de longo prazo, poderíamos ter tido repercussões positivas, em especial sobre os vários problemas socioeconômicos brasileiros, tais como populacional, educacional, de distribuição de terra, de apoio à pequena produção, de interiorização das pequenas agroindústrias, de política de renda, de incentivo à produção de agricultura de baixa renda, de inserção da mão de obra pouco qualificada, etc.

Atualmente, o tema e o debate da questão agrária não têm o mesmo escopo em razão da mudança do perfil da economia nacional, mais urbano-industrial e pouquíssimo rural. Entretanto, a problemática sobre a população sobrando, a pobreza rural e urbana e a exclusão social ainda podem ser explicadas pela estrutura do setor agropecuário, com a concentração de terra e renda oriundas da herança histórica que provocou distorções do mercado de fatores – terra e trabalho.

No momento inicial da formação do setor agrícola não mercantil a população sobrando foi institucionalmente formada por meio da Lei de Terras, que na prática restringia a população a ter acesso a terra. Esta Lei lançou a base através da qual foi criado o mercado de trabalho agrícola nacional. E num momento posterior, com a reestruturação do setor, essa população rural que já estava de certa forma inserida no processo de produção, precisa migrar para as cidades. Parte dessa mão de obra foi realocada no setor industrial que se encontrava em fase de rápida expansão no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

A questão agrária na atualidade se tornou mais complexa e, por isso, pode ser analisada através de diferentes abordagens. Entretanto, independente da ótica analisada, é fundamental ser examinada levando em consideração a formação socioeconômica brasileira. A base da economia colonial arraigada na concentração de poder e renda foram construídas com base no impedimento da população do meio rural em ter acesso a terra, bem como na formação de um mercado de trabalho e de terras com imperfeições.

O Estado, como porta voz do progresso, intervém na economia e nas relações sociais de forma mais intensiva a partir dos anos 1950 para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento do país. A partir do momento que a agricultura deixa de ser o setor preponderante da economia nacional e, sobretudo, no momento que inicia o seu rápido declínio na participação no produto nacional em relação ao setor urbano-industrial, a temática “questão agrária” fica à margem da agenda do Estado, pois deixa de ser um impedimento para o crescimento econômico.

Martins (1997) aponta que qualquer que seja o tema, ele somente terá relevância e será levado avante se a temática entrar na agenda do Estado. Segundo o autor, a inclusão não deve ser apenas pelas propagandas, que além de ilusórias, abrem caminhos para a manipulação, criando uma situação irreal de que esforços estão sendo despendidos e mobilizações institucionais estão sendo feitas. Na verdade, políticas sociais compensatórias têm sido adotadas para propiciar visibilidade às ações do Estado, sem realmente aprofundar no problema e chegar a uma solução.

E é a partir da análise apresentada por Martins (1997) que se percebe que ainda hoje o governo brasileiro não prioriza o aprofundamento do problema estrutural na elaboração de políticas públicas. Os programas de repasse direto de renda são um exemplo. Em primeiro plano permanece um comportamento de otimização do crescimento do produto nacional. Mesmo que a demanda social no meio rural seja latente e deva ser tratada como uma problemática inadiável pelo Estado, a questão agrária está à margem de sua agenda. No fim das contas, ela acaba assumindo apenas status de políticas compensatórias, assim como outros temas sociais no Brasil. Portanto, dentro do que foi analisada neste artigo, a inclusão da questão agrária na agenda do Estado deve de fato ocorrer preponderantemente via mercado de fatores, em especial, via mercado de trabalho.

Referências

- CASTRO, Antonio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Editora Florense, v.1, 1985.
- CASTRO, Paulo Rabello de. **Barões e bóias frias: repensando a questão agrária brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1982.
- FEI, John; RANIS, Gustav. Agrarismo, dualismo e desenvolvimento econômico. In: ARAUJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, George Edward. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975. Livro 1, p.101-136.
- FREIRE, Carla Regina Ferreira; ARAUJO, Paulo Fernando Cidade de. Migração, produção e salários no meio rural da região Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 33, n. 4, p. 670-693, 2002.
- FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HAYAMI, Yūjirō; RUTTAN, Vernon. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em : <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=19&no=7>. Acesso em: 1 de mai. de 2014.
- JORGENSON, Dale. Teste de teorias alternativas de desenvolvimento em economia dualista. In: ARAUJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, George Edward. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975. Livro 1, p.137-152.
- KAGEYAMA, Angela. Questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**, v. 14, n. 5 e 6, 1984.
- KAGEYAMA, Angela. **O subemprego agrícola nos anos 90**. Campinas, IE/UNICAMP, 1997. (Texto para Discussão, 57).
- KAGEYAMA, Angela, REHDER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 31, n. 1, p.23-44, 1993.
- LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampat Pal. (coord.) **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Companhia e Editora Forense, 1969.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MICHAELIS. **Dicionário Espanhol-Português**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/escolar/espanhol/index.php>>. Acesso em: 6 de mai. de 2014.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

MÜLLER, Geraldo. Agrária São Paulo – o núcleo do padrão moderno. In: STEDILE, J.P. (org). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1938.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio editora, v.1, 1952.

PASTORE, Affonso Celso; ALVES, Elizeu Roberto de Andrade Alves; RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini. A inovação induzida e os limites à modernização na agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 12, Porto Alegre, 1974. **Anais...** Brasília, SOBER, p.257-285.

PASTORE Affonso Celso. A oferta de produtos agrícolas no Brasil. **Estudos Econômicos**, v.1, n. 3, p.35-70, 1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RANGEL, Inácio. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 2, p.131-148, 1988.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Alteração na composição da mão de obra assalariado na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 57-70, 2004.

SCHULTZ, Theodore William. **A transformação da agricultura tradicional**. São Paulo: Zahar, 1965.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. São Paulo: Zahar, 1980.

STAATZ, John and EICHER, Carl. Agricultural development ideas in historical perspective. In: STAATZ, John and EICHER, Carl (edit) **Agricultural development in the Third World**. Baltimore and London: The Johns Hopkins, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura brasileira**. São Paulo: Contexto, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n.1, p.60-85, 2009.

*Submetido em 25/01/2014.
Aprovado em 06/05/2014.*

Sobre os Autores

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa (1991), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1994) e doutorado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Editor da Revista de Economia e Sociologia Rural. Bolsista em Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: staduto@unioeste.br

Ana Cecília de Medeiros Nietzsche Kreter

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (2001) e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (2004) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal Fluminense (2010). Foi bolsista do DAAD por duas vezes: na Universidade de Tübingen durante a graduação em Economia (2000-2001) e no Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit (Bonn), durante o doutorado. Atualmente é Pós-Doutoranda na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Toledo, PR).

E-mail: Ana.Kreter@gmail.com